FACULDADE

A CRÍTICA DE G. K. CHESTERTON AO PRINCÍPIO DA DÚVIDA NA FILOSOFIA CARTESIANA

Felipe Sérgio Koller¹
Ângela Luzia Miranda²

56

RESUMO: O presente artigo apresenta a defesa que o pensador inglês G. K. Chesterton (1874-1936) elaborou com relação à adesão aos “primeiros princípios”, isto é, à admissão da existência da realidade. Ressaltando que somente é possível filosofar partindo do pressuposto da existência da realidade, Chesterton se contrapôs a Descartes, que admitiu o contrário, embora buscasse conhecimento seguro através de sua dúvida metódica. Ao mesmo tempo, o pensador inglês insere-se na linha de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, para os quais a filosofia parte desse primeiro princípio. Chesterton expôs ainda que este princípio não pode ser comprovado, devendo ser aceito. Caso contrário, corre-se o risco de chegar a um ceticismo infértil que nada reconhece como verdadeiro e de viver uma profunda desorientação moral e existencial.

Palavras-chave: Teoria do conhecimento, G. K. Chesterton, dúvida metódica, Descartes, tomismo.

ABSTRACT: This article presents the defense that English thinker G. K. Chesterton (1874-1936) elaborated about the adherence to “first principles”, namely, the admission of existence of reality. Stressing that is possible philosophize only presupposing the existence of reality, Chesterton countered Descartes, who admitted the contrary, although sought secure knowledge through his methodical doubt. At the same time, Chesterton forms part of the line of Aristotle and St. Thomas Aquinas, for which philosophy starts from this first principle. Chesterton also stated that this principle cannot be proved: should be accepted. Otherwise, one runs the risk of reaching a barren skepticism that recognizes nothing as true and living in a deep moral and existential disorientation

Keywords: Theory of knowledge, G. K. Chesterton, methodical doubt, Descartes, Thomism.

1 Graduando do curso de Bacharelado em Filosofia da Faculdade Vicentina (2011-2013).

2 Doutora em Ética pelo Programa de Doutorado Filosofia, Ciencia, Tecnología y Sociedad da Universidad del País Vasco (2009); Doutora em Filosofia, pelo Programa de Doutorado Filosofia, Lógica y Estética da Universidad de Salamanca – Espanha (2008). Ambas as teses com qualificação *cum laude* e devidamente reconhecidas no Brasil. Possui Mestrado em Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidad de Salamanca – Espanha (2004); Mestrado em Filosofia da Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2002); Graduação em Direito (1995), Pós-Graduação em Filosofia Contemporânea - Século XX (1990) e Graduação em Filosofia (1989).

RIASSUNTO: Questo articolo presenta la difesa che il pensatore inglese G. K. Chesterton (1874-1936) ha sviluppato in riguardo della adesione ai “primi principi”, o sia, alla ammissione dell’esistenza della realtà. Sottolineando che soltanto si può filosofare sul presupposto dell’esistenza della realtà, Chesterton ha replicato Cartesio, che ha ammesso il contrario, mentre cercando conoscenza sicura verso il suo dubbio metodico. Allo stesso tempo, il pensatore inglese rientra nella linea di Aristotele e di San Tommaso d’Aquino, per i quali la filosofia comincia da questo primo principio. Chesterton ha anche dichiarato che questo principio non può essere provato: dovrebbe essere accettato. In caso contrario, si corre il rischio di arrivare ad uno scetticismo sterile che non riconosce nulla come vero e di vivere un profondo disorientamento morale ed esistenziale.

Parole-chiavi: Teoria della conoscenza, G. K. Chesterton, il dubbio metodico, Cartesio, tomismo.

1. INTRODUÇÃO

As escolas e os sábios mais imperscrutáveis nunca chegaram à gravidade que existe nos olhos de um bebê de três meses. É a gravidade do espanto diante do Universo, e espanto diante do Universo não é misticismo, mas um senso comum transcendental.
(CHESTERTON *apud* PAINE, 2008, p. 117)

Na transição do século XIX para o século XX, o princípio filosófico da dúvida metódica proposto por René Descartes e posto em prática por quase toda a filosofia moderna encontrou resistência em um pensador inglês: Gilbert Keith Chesterton (1874-1936). A recusa dos filósofos modernos em aceitar a realidade e o mundo como “pedagogos” dos quais se obtém o conhecimento chegou, três séculos mais tarde, ao mar de dúvidas do século XX. Ao perceber isso, Chesterton procurou em seus escritos apresentar a observação e a experiência do universo como fonte de conhecimento confiável (PAINE, 2008, p. 51). Ele põe-se, assim, no caminho traçado por Aristóteles, para quem a experiência é “o fundamento de todo o conhecimento” (HESSEN, 2003, p. 61), e por Santo Tomás de Aquino, que afirma, seguindo o filósofo grego, que mesmo os conceitos e princípios mais altos e universais radicam-se na experiência: “*cognitio principiorum provenit nobis ex sensu*” (AQUINO, 1980, p. 1398).

Chesterton, que se dedicou à poesia, à literatura ficcional e a ensaios de filosofia, teologia e economia, não foi um filósofo, como o entendemos hoje; declarava-se “não ser nada mais que um jornalista” (PAINE, 2008, p. 20). Seus livros, porém, são de conteúdo filosófico (PAINE, 2008, p. 38), e embora não sejam sistemáticos, “seu pensamento com certeza o era”, segundo escreveu Scott Randall Paine, que sistematizou filosoficamente a crítica de Chesterton

(2008, p. 43). No seu centro, Chesterton identifica como o principal problema intelectual na Europa da virada do século a renúncia a certas “verdades saudáveis”, principiada por “erros sobre os primórdios do pensamento” (PAINE, 2008, p. 36).

Note-se que a crítica do autor não se estende a todo o pensamento cartesiano, mas a um ponto bem específico: “[Descartes] pode não ter querido dizer que o mundo não está aí, mas quis dizer sim que se pode começar a filosofar sem aceitar que está aí” (PAINE, 2008, p. 59). Para Chesterton, é de suma importância ter o ponto de partida certo para começar o pensamento filosófico. Traçando um paralelo com a loucura, ele afirma que o elemento principal da insanidade “é a razão usada sem raízes, a razão no vazio. O homem que começa a pensar sem os apropriados primeiros princípios fica louco; começa a pensar do lado errado” (CHESTERTON, 2008, p. 47).

O lado certo, para Chesterton, é partir do universo existente, e não de sua hipotética negação. Aristóteles já afirmava que o caminho para apreender os princípios da realidade é “começar a partir das coisas mais reconhecíveis e óbvias para nós e prosseguir em direção das claras e mais reconhecíveis por natureza” (PAINE, 2008, p. 100). “A fim de obter um conhecimento ou saber atual, o intelecto precisa voltar-se para as coisas sensíveis” (BOEHNER e GILSON, 2007, p. 473): trata-se de um “processo de abstração realizado sobre a imagem sensitiva por uma faculdade especial – a inteligência ativa” (FRANCA, 1967, p. 58), mediante o qual adquirimos as ideias.

Essa ruptura com a teoria das ideias de Platão – embora, como ele, Aristóteles e Tomás também reconheçam duas ordens de conhecimento, o sensitivo e o intelectual – que se dá na concepção de que “a verdadeira realidade são as coisas” (MARIAS, 2004, p. 242), ou seja, o realismo metafísico, perpassa, pois, todo o período do século IV a. C. até o século XVII como concepção eminente na teoria do conhecimento. Leonel de Franca diz que, para Santo Tomás:

Tanto pelo conhecimento científico como pelo intelectual põe-se a alma em contato imediato com a realidade. O estado subjetivo, a modificação psíquica que determina a percepção, a *species impressa*, não é objeto de conhecimento (1967, p. 106).

Vê-se assim que nesse longo período priorizaram-se os aspectos objetivos da assimilação da realidade, não porque a subjetividade não gerasse interferên-

cias, mas porque estas não seriam acessíveis ao estudo: trata-se do “abismo que separa o eu do não-eu” (FRANCA, 1967, p. 106), evitado por Santo Tomás, mas que Descartes tentará transpor. Essa tentativa de adentrar no processo de apreensão da realidade o levará a adotar a dúvida metódica, como veremos na primeira parte deste artigo. Já a segunda parte será dedicada à contraposição de Chesterton, a partir de sua defesa dos primeiros princípios.

2. DESCARTES E A DÚVIDA

Para Descartes, a subjetividade geraria tantas interferências na assimilação das ideias a partir da realidade que ele se viu em meio a uma profunda insegurança, uma desconfiança em “não aceitar o universo na sua primeira auto-apresentação” (PAINE, 2008, p. 71). A trajetória do seu pensamento até estabelecer a dúvida como método filosófico inicia-se quando ele se dá conta de que:

Todo o passado histórico se contradiz; as opiniões mais opostas foram defendidas (...). Os sentidos nos enganam com frequência; existe, ademais, o sonho e a alucinação; o pensamento não merece confiança, porque se cometem paralogismos e se incorre com frequência em erro. As únicas ciências que parecem seguras, a matemática e a lógica, não são ciências reais, não servem para conhecer a realidade (MARIAS, 2004, p. 231)

Diante dessa perspectiva em que tudo parece “duvidoso e incerto”, Descartes se propõe a reconstruir a filosofia “desde os fundamentos” (DESCARTES, 1973, p. 93): “se isso for possível, uma filosofia totalmente certa, da qual não se possa duvidar” (MARIAS, 2004, p. 231). Ele escreve em suas *Meditações*:

Uma vez que a razão já me persuade de que não devo menos cuidadosamente impedir-me de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis, do que às que nos parecem manifestamente ser falsas, o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para me levar a rejeitar todas. (DESCARTES, 1973, p. 93.)

Assim, estabelece o fundamento no qual apoiará seu pensamento: “[É] necessário que interrompa e suspenda doravante meu juízo” (DESCARTES,

1973, p. 96). “Ao começar a filosofar, Descartes parte da única coisa que tem: de sua própria dúvida, de sua radical incerteza” (MARIAS, 2004, p. 231). A dúvida toma lugar então como o método da filosofia de Descartes.

Não se trata de um ceticismo de princípio, que nega a possibilidade do conhecimento, mas de um ceticismo metódico, segundo Johannes Hessen (2003, p. 33): Descartes pretendeu precisamente “utilizar esse procedimento com o propósito de chegar à verdade” (SCHÖPKE, 2010, p. 86); nas suas palavras, “encontrar algo de constante e de seguro” (DESCARTES, 1973, p. 96). Aliás, “o projeto que ele mais estimava não era, em princípio, ensinar ao mundo a dúvida; e sim ensinar à dúvida sobre o mundo” (PAINE, 2008, p. 60). Animado pelas descobertas científicas de seu tempo, Descartes trabalhava em um livro chamado *Le monde*, em que apresentaria a síntese de sua filosofia sobre o cosmo, mas renunciou à sua publicação quando teve notícias da censura sofrida por Galileu (HUISMAN, 2001, p. 271).

Descartes voltou-se então para a reforma do pensamento filosófico. “O primeiro objetivo de sua filosofia é a criação de um método de conhecimento que seja simples, fácil e seguro, e que permita dar conta de todas as ciências” (SCHÖPKE, 2010, p. 72). Sua contribuição ao final não foi tanto “um ensinamento filosófico formal como tal, e sim a canonização de um novo ponto de partida: a própria possibilidade de assumir a atitude filosófica que duvidava seriamente da existência do mundo exterior” (PAINE, 2008, p. 59), “a possibilidade de não se iniciar a filosofia com um olhar sobre o mundo” (PAINE, 2008, p. 60).

Ao final do percurso de seu pensamento, Descartes, a partir da reflexão sobre o *cogito*, deduziu a existência de três realidades: *res cogitans*, Deus e *res extensa* (HUISMAN, 2001, p. 273). Sua conclusão evidencia o uso da dúvida em sua filosofia apenas como método, pressupondo que “a dúvida trouxesse em si ou implicasse uma certeza originária superior a toda dúvida” (ABBAGNANO, 2003, p. 297): quem duvida busca a verdade sobre algo, então acredita que haja uma verdade, e não pode duvidar da existência desta. É o que já refletia Santo Agostinho, em *De vera religione*, 39, aqui citado no *Dicionário de filosofia* de Nicola Abbagnano:

Quem duvidar de que exista a verdade, já tem em si mesmo uma verdade, a verdade de que não pode duvidar, já que nenhuma coisa verdadeira é verdadeira sem a verdade. Portanto, não deve duvidar da verdade quem pôde por uma só vez duvidar (2003, p. 297).

Para Regina Schöpke, não se pode acusar, pois, Descartes, de qualquer relativismo apenas por causa da dúvida metódica, visto que ele “utiliza esse procedimento com o propósito de chegar à verdade e estabelecer de modo ainda mais dogmático suas concepções” (2010, p. 86). Mas a recusa em principiar o pensamento filosófico na observação da realidade em si traz consequências sérias. Paine escreveu que no mundo contemporâneo encontramos “pedagogos” por todo lado que nos levaram a novas, porém obscuras, áreas de conhecimento:

Mas ao único ilustre pedagogo cuja face olhamos todos os dias – quero dizer, o mundo *em si mesmo*, encontrado em uma experiência de desamparada sensação – viramos-lhe as costas e, mais cedo ou mais tarde, quebramos as costas, pois não passar por essa escola primária significa que nunca passaremos da primeira lição, em nada (PAINE, 2008, p. 51).

O problema está em que Descartes propôs que a sua dúvida fosse, simultaneamente, metódica e universal: Leonel de Franca defende que esses “são termos que se excluem” (1967, p. 142).

A dúvida metódica, como se sabe, é uma dúvida voluntária, fictícia, provisória, limitada, cujo fim é tornar mais motivada e inconcussa a adesão à verdade de que se duvida, submetendo-a a uma nova contraprova. A dúvida cética, pelo contrário, é uma dúvida real, universal e definitiva, que não chega jamais a um juízo certo. A primeira – *suspensio iudicii indagatoria* (Kant) – é legítima, racional e necessária ao progresso científico; a outra, *suspensio iudicii sceptica*, é absurda e contrária à natureza da inteligência e por isso fisicamente impossível. A dúvida de Descartes é, *na sua intenção*, metódica, *de fato*, sendo universal é, por isso mesmo, cética (FRANCA, 1967, p. 142).

Quando a dúvida, mesmo que metódica, se torna universal, surge “a razão sem raízes” de que fala Chesterton. Procede-se “mal ao tentar aplicar a razão ao trabalho pré-racional de aceitar os primeiros princípios” (PAINE, 2008, p. 121). A tentativa de deduzir os princípios do pensamento conduz à loucura, se perseguida consistentemente (PAINE, 2008, p. 109): “O louco não é um homem que perdeu a razão. O louco é um homem que perdeu tudo exceto a razão” (CHESTERTON, 2008, p. 34). E, se tentar deduzir os princípios leva a uma espécie de loucura, duvidar da possibilidade de sua existência leva ao ceticismo, “um estado de espírito igualmente destrutivo” (PAINE, 2008, p. 110).

É preciso salvaguardar certos princípios que fundamentam o caminhar do nosso pensamento – ainda que estes mesmos princípios não possam ser comprovados. Étienne Gilson escreveu que o problema básico de tentar explicar a existência do mundo é que “os próprios princípios que tornam essa demonstração necessária, ao mesmo tempo, tornam a demonstração tentada impossível” (PAINE, 2008, p. 101). Em suma, em certo sentido “a própria razão é uma questão de fé. É um ato de fé afirmar que nossos pensamentos têm alguma relação com a realidade, por mínima que seja” (CHESTERTON, 2008, p. 56).

“Por mínima que seja”: Chesterton tampouco admitiu que a assimilação da realidade se desse sem qualquer interferência. Aristóteles, em sua *Física*, escreveu que “nossa discussão será adequada se tiver tanta clareza quanto o tema admita, pois a precisão não deve ser buscada da mesma forma em todas as discussões” (PAINE, 2008, p. 100). Que precisão pode ter, pois, nosso encontro com o mundo?

A essa questão, ambos, Aristóteles e Descartes, apresentam uma resposta: não tão precisa. A diferença é que Descartes, e depois dele a maioria dos filósofos modernos, recusam-se a vincular-se a um princípio tão impreciso. Aristóteles responde, de modo realista, que teremos de nos contentar com ele, pois é o único princípio que temos. Para ele, o mundo indistinto é o ponto de partida da filosofia. Se começarmos por qualquer outro lugar, ou por qualquer outra coisa, paramos de filosofar (PAINE, 2008, p. 100-101).

O esforço de Descartes em “purificar a mente” (PAINE, 2008, p. 58) do erro intelectual foi reconhecido por Chesterton, sem, no entanto, que ele tenha deixado de defender a tutela dos primeiros princípios – que, aliás, estão fixos na mente:

Não nego que às vezes seja uma boa coisa esvaziar a mente da mera acumulação de impressões secundárias e terciárias. Se o que se quer dizer é algo que um amigo meu uma vez chamou de “uma faxina mental da primavera”, então posso perceber o que significa. Mas a mais drástica faxina de primavera numa casa geralmente não destrói a casa. Ela não derruba o teto como faz com uma teia de aranha, nem arranca as paredes como o faz com ervas daninhas. E a verdadeira fórmula não é tanto a mente vazia como a descoberta de que não podemos esvaziar a mente, ao esvaziá-la tanto quanto pudermos. Em outras palavras, podemos sempre voltar a determinados fundamentos que são convicções porque

mal podemos conceber seus opostos. Mas é o paradoxo da linguagem humana que, apesar dessas verdades estarem de modo incomparavelmente firmes e claras, mesmo assim qualquer tentativa de falar sobre elas sempre tem a aparência de ser nebulosa e evasiva (CHESTERTON *apud* PAINE, 2008, p. 99-100).

Não é, pois, possível desvencilhar-se desses princípios que são, assim, intrínsecos ao nosso olhar sobre o mundo. Procurar abandoná-los é um engano contra si mesmo.

3. CHESTERTON E O PRIMEIRO PRINCÍPIO: A EXISTÊNCIA DA REALIDADE

Explicar os primeiros princípios consiste num paradoxo: são por definição evidentes, mas é difícil falar sobre eles sem ser vago. É algo, “ao mesmo tempo, obscuro demais para ser explicado, e óbvio demais para ser ignorado”, como escreveu Chesterton em *Uses of diversity* (PAINE, 2008, p. 117). Ainda assim, ele buscou empreender essa tarefa, valendo-se de numerosos exemplos e metáforas. Como vimos, a sua crítica à filosofia moderna não é generalista, nem sequer ataca a dúvida como método, mas sim a nova concepção de que se possa filosofar a partir da dúvida da realidade em si. A existência da realidade, para o pensador inglês, é um princípio que não pode ser provado, mas que deve ser aceito.

Na sua biografia de Santo Tomás de Aquino – que Étienne Gilson considerou, “sem a menor possibilidade de comparação, o melhor livro já escrito sobre Santo Tomás” (PAINE, 2008, p. 21) – Chesterton analisou o raciocínio da filosofia cartesiana:

Quando a criança olha pela janela do seu quarto e vê alguma coisa, a grama verde do jardim, digamos, o que ela fica de fato sabendo, ou ela fica sabendo alguma coisa? Há todo tipo de jogos infantis, baseados numa filosofia negativa e que giram em torno dessa questão. Um brilhante cientista vitoriano deliciou-se em declarar que a criança não vê a grama, mas apenas uma espécie de névoa verde refletida num tênue espelho do olho humano. Esse exemplo de racionalismo sempre me deu a impressão de ser algo quase insanamente irracional. Se o cientista não tem certeza da existência da grama, que vê pelo vidro de uma janela, como pode ele ter certeza da existência da retina, que ele vê através da lente de um microscópio? Se o olhar engana, por que em alguns casos deixaria

de enganar? Homens de outra escola respondem que a grama é uma mera impressão verde na mente, e que a criança não pode ter certeza de coisa alguma além da mente. Declaram que ela só pode ter consciência da própria consciência, o que é por acaso algo de que sabemos com certeza que a criança não tem consciência. Nesse sentido, seria muito mais verdadeiro dizer que existe a grama mas não existe a criança do que dizer que existe uma criança consciente mas não existe a grama. São Tomás de Aquino, interferindo de repente nessa briga infantil, diz enfaticamente que a criança tem consciência do *ens*. Bem antes de saber que a grama é grama, ou que o eu é o eu, a criança sabe que alguma coisa é alguma coisa. Talvez fosse melhor dizer (dando um murro na mesa): “*Existe um existente*”. Essa é a credulidade de monge que São Tomás nos pede para ter no começo. Bem poucos descrentes começam nos pedindo para crer em tão pouco (CHESTERTON, 2004, p. 343-344).

Trata-se, pois, de certa maneira, de uma “crença” na razão, como havíamos visto. A razão, como a religião, é um método de comprovação que não pode ser ele mesmo comprovado (CHESTERTON, 2008, p. 58). Também aqui, Chesterton pôs-se no caminho de Aristóteles, que em *Tópicos* escreveu que “cada um dos primeiros princípios deveria comandar a confiança em si e por ele mesmo” (PAINE, 2008, p. 146). Mesmo assim:

O consentimento não racional exigido por ambas, a religião e a razão, não é, de forma alguma, um consentimento *irracional*. (...) Dizer que a razão não pode começar pela razão não é mais irracional que dizer que as linhas não podem começar com linhas, ou mergulhos com mergulhos. O ponto é para a linha, e o trampolim é para o mergulho o que o princípio é para a razão (PAINE, 2008, p. 122).

Por que é preciso *crer* nesse primeiro princípio? Por que deveríamos aceitá-lo? Chesterton explicou suas razões a partir de suas reflexões sobre o homem sadio em *Ortodoxia*. “Enquanto se tem um mistério se tem saúde; quando se destrói o mistério se cria a morbidez. O homem comum sempre foi sadio porque o homem comum sempre foi um místico. Ele aceitou a penumbra” (CHESTERTON, 2008, p. 48). Aqui Chesterton enfocou um ponto central de seu pensamento: “Ele [o homem comum] sempre cuidou mais da verdade do que da coerência. Se via duas verdades que pareciam contradizer-se ele tomava as duas juntamente com a contradição”. Assim,

é exatamente esse equilíbrio de aparentes contradições que tem sido a causa de toda a vivacidade do homem sadio. Todo o segredo do misticismo é este: que o homem pode compreender tudo com a ajuda daquilo que não compreende. O lógico mórbido procura tornar tudo lúcido e consegue tornar tudo misterioso. O místico permite que uma coisa seja mística, e todo o resto se torna lúcido. O determinista torna a teoria da causação totalmente clara, e depois descobre que não pode dizer “por favor” à empregada. O cristão permite que o livre-arbítrio continue sendo um mistério sagrado; mas, por causa disso, sua relação com a empregada assume uma claridade cintilante e cristalina. Ele coloca a semente do dogma numa escuridão central; mas o dogma se ramifica em todas as direções com abundante saúde natural (CHESTERTON, 2008, p. 48-49).

Dessa forma, Chesterton defendeu que “apenas ao nos agarrarmos ciosamente à primeira grande surpresa dos nossos dias novatos, quando pela primeira vez saudamos o mundo, podemos manter nosso equilíbrio diante dos desafios epistemológicos subsequentes” (PAINE, 2008, p. 119). Para ele, esse é um ponto central a respeito de Santo Tomás como filósofo. O Doutor Angélico é “uma pessoa fiel ao seu primeiro amor, e foi um amor à primeira vista”, ou seja, “ele reconheceu imediatamente uma real qualidade nas coisas; e depois resistiu a todas as dúvidas desintegradoras que vêm da natureza dessas coisas” (CHESTERTON, 2004, p. 356). Chesterton reconheceu, pois, a existência de dúvidas sobre a realidade que podem se seguir à sua apreensão – como também o fez Aristóteles, como vimos no capítulo anterior. A questão está em como agir diante do caráter duvidoso da realidade. Tomás de Aquino:

Afirmou que nosso primeiro sentido do fato é um fato; e ele não pode voltar atrás sem criar falsidade. Mas quando vamos examinar o fato ou fatos, tais como os conhecemos, descobrimos que eles têm um caráter bem estranho, o que produziu em muitos modernos um esquisito e inquieto ceticismo com relação a eles. Por exemplo, tais fatos estão em larga medida em estado de mudança, deixando de ser uma coisa e passando a ser outra; ou suas qualidades são relativas a outras coisas que não eles; ou eles dão a impressão de que não param de se mover ou que desaparecem por completo. Nesse ponto, como eu digo, muitos sábios parecem se esquecer do primeiro princípio, o da existência da realidade, que no início tinham aceitado, e voltam a afirmar que não existe nada além da mudança; ou nada a não ser a comparação; ou nada a não ser o fluxo, o movimento; ou então, com efeito, que nada existe (CHESTERTON, 2004, p. 346).

Por que as dúvidas e dificuldades sobre a realidade levariam à negação da sua existência, ainda que hipotética? Chesterton escreveu que mesmo essas dúvidas levaram Santo Tomás “a crer antes em mais realidade do que em menos realidade” (CHESTERTON, 2004, p. 359). O dominicano “dá à discussão uma direção totalmente contrária, permanecendo com sua primeira percepção da existência da realidade” (CHESTERTON, 2004, p. 346). Assim explicou Chesterton:

O caráter enganoso das coisas, que teve um efeito tão triste em tantos sábios, tem neste sábio quase um efeito contrário. Se as coisas nos enganam, elas o fazem porque são mais reais do que parecem ser. Como fins em si, elas sempre nos enganam; mas como coisas que tendem para um fim maior, elas são ainda mais reais do que consideramos que sejam. Se parecem ter uma relativa irrealidade (digamos assim), é porque são potenciais e não atuais; são não realizadas, como pacotes de sementes ou caixas de fogos. Elas trazem em si a característica de ser mais reais do que são (CHESTERTON, 2004, p. 359).

Resumindo esse ponto do pensamento de Santo Tomás, Chesterton explicou: “Não há dúvida de que o ser é, existe, mesmo que algumas vezes pareça estar vindo a existir, a ser; essa impressão vem do fato de que não vemos a plenitude do ser, ou (...) não vemos o ser sendo tudo o que ele pode ser” (CHESTERTON, 2004, p. 346). Aceitando dessa maneira a existência da realidade, Tomás de Aquino “lançou uma ponte sobre o abismo da primeira dúvida e, encontrando a realidade além, começou a construir nela” (CHESTERTON, 2004, p. 366). Poderíamos dizer que, para Chesterton, as deduções a que chega uma filosofia que não tem seu ponto de partida na aceitação da realidade são *flatus vocis*, para usar a expressão do fundador do nominalismo, Roscelino de Compiègne (DE LIBERA, 1998, p. 322). Somente aceitando a existência da realidade, “as deduções feitas a partir daí serão igualmente reais, serão coisas em vez de palavras” (CHESTERTON, 2004, p. 366). Aceitar a realidade é uma atitude análoga à da fé. Uma vez aceita, porém, é a única base sobre a qual se pode construir conhecimento confiável, fatos, coisas.

Descartes, lembremos, também quis encontrar um conhecimento seguro. No entanto, seu método abriu espaço para que a filosofia pudesse principiar a partir da dúvida sobre a realidade. Assim, ocorre que “a maioria das filosofias modernas não é filosofia, mas dúvida filosófica, quer dizer, dúvida sobre se pode haver alguma filosofia” (CHESTERTON, 2004, p. 366). Recusando a

“crença” no fato, na existência da realidade, a filosofia moderna cartesiana rompeu com a corrente aristotélico-tomista.

Cem filosofias humanas existentes na terra, do nominalismo ao Nirvana e a Maya, e do evolucionismo que recusa a existência das formas ao quietismo, todas elas vêm dessa primeira ruptura da corrente tomista: a ideia de que, como não nos satisfaz nem se explica a si mesmo, aquilo que vemos nem mesmo existe (CHESTERTON, 2005, p. 348).

Essa situação de impossibilidade de construção do conhecimento em que se cai quando se recusa a existência da realidade como pressuposta preocupou Chesterton. Já vimos que a dúvida como método é importante, mas que quando passa a ser universal torna-se não somente metódica, mas cética, porque se deixa cair sobre a própria possibilidade de conhecer. Aí reside o “perigo” identificado pelo pensador inglês:

O intelecto humano é livre para destruir-se. Da mesma forma que uma geração poderia impedir a existência da geração seguinte com todo o mundo entrando no convento ou pulando no mar, assim um grupo de pensadores pode, até certo ponto, impedir a expansão do pensamento ensinando à geração seguinte que nenhum pensamento humano tem validade alguma. (...) Se você for simplesmente um cético, mais cedo ou mais tarde precisará perguntar-se o seguinte: “Por que alguma coisa deveria dar certo, mesmo que se trate de observação ou dedução? Por que a boa lógica não seria tão enganadora quanto a lógica ruim? Ambas são movimentos no cérebro de um macaco perplexo”. O jovem cético diz: “Eu tenho direito de pensar por mim mesmo”. Mas o velho cético, o cético total, diz: “Eu não tenho o direito de pensar por mim mesmo. Não tenho absolutamente o direito de pensar.” Há um pensamento que bloqueia o pensamento. Esse é o único pensamento que deveria ser bloqueado (CHESTERTON, 2008, p. 56-57).

Daí decorre a necessidade de reconhecer que o primeiro princípio deve ser simplesmente aceito.

O homem são o “místico”, é tão humilhado pelo imenso mistério do cosmo que nem sonharia tentar compreendê-lo definitivamente. Isso, simplesmente, não é algo que se faz com um universo. Obviamente ele nos é apresentado como algo *presentado* e não como um problema ou um teorema: é um *datum*. Ora, é

exatamente aqui, nessa visão “mística” do universo, que nossa vida cognitiva realmente começa (PAINE, 2008, p. 116).

Ao conceber o universo como dom, ou mesmo como doador, Chesterton associou a afirmação do princípio da existência da realidade a uma postura de humildade. Diante da atitude de dúvida frente a universo e à realidade, acusados de ser enganadores, uma pequena estória que Chesterton inseriu em uma carta a sua noiva – relatada na biografia *Gilbert Keith Chesterton*, de Maise Ward – resume o seu pensamento: “Um dia, um universo que estava sendo censurado por um pessimista respondeu: ‘Como pode, você que me insulta, consentir em falar por meio da minha maquinaria? Permita-me reduzi-lo a nada e então discutiremos o assunto’” (PAINE, 2008, p. 102).

O homem que se destrói cria o Universo. Para o homem humilde, e apenas para ele, o sol é realmente um sol; para o homem humilde, e apenas para ele, o mar é realmente um mar. Quando olha na rua, para todos os rostos, não só percebe que os homens estão vivos, assim como percebe, com um prazer comovente, que não estão mortos (CHESTERTON, 2011, p. 159-160).

O desapegar-se da arrogância de não aceitar a existência da realidade é a única maneira de viver com mais consciência e proveito; com mais luz.

4. CONCLUSÃO

Ceticismo absoluto e desorientação existencial: essas são as posturas em que pode desembocar a nossa mente quando se pretende filosofar a partir da dúvida sobre a existência da realidade, a partir de qualquer outra coisa que não seja a realidade em si. Ao defender esse primeiro princípio, Chesterton rompeu com várias correntes de pensamento do seu tempo – em *Ortodoxia*, ele cita o materialismo, o idealismo, o evolucionismo e o pragmatismo (CHESTERTON, 2008, p. 58-62), filosofias que “apresentam não apenas um toque de mania, mas um toque de mania suicida” (CHESTERTON, 2008, p. 62).

Chesterton foi um otimista. O pessimista, para ele, era um “antipatriota cósmico” (CHESTERTON, 2008, p. 115). Esse termo ilustra bem igualmente a recusa em aceitar a existência da realidade, ou, ao menos, de se colocar a

hipótese de sua não-existência. Aquele que segue por esse caminho se volta contra o próprio mundo em que vive, e, assim, contra sua própria existência, entrando em uma situação de “desamparo intelectual” (CHESTERTON, 2008, p. 55), que se evidencia pela esterilidade. “Estamos em vias de produzir uma raça de homens mentalmente modestos demais para acreditar na tabuada” (CHESTERTON, 2008, p. 54).

Há, como vimos, uma humildade em reconhecer a existência da realidade. Porém, também o ceticismo muitas vezes se disfarça de humildade, e não raro ouvimos alguém dizer que somos pequenos demais para conhecer a realidade, ou “a desvairada e blasfema afirmação de que ele pode estar errado” (CHESTERTON, 2008, p. 55). Essa “nova humildade” de nossos tempos, para Chesterton, é “venenosa”: ele afirmou que “a antiga humildade fazia o homem duvidar de seus esforços, o que possivelmente o levava a trabalhar com mais afinco. Mas a nova humildade faz o homem duvidar de seus objetivos, e isso o fará parar de trabalhar pura e simplesmente” (CHESTERTON, 2008, p. 54).

Desse ponto de partida, nada se constrói. É preciso aceitar os primeiros princípios, ainda que como crença, ainda que não possam ser provados. Chesterton defendeu que

Existe por trás de todas nossas vidas um abismo de luz, mais ofuscante e mais impenetrável que qualquer abismo de escuridão: é o abismo da realidade, da existência, do fato de as coisas realmente existirem, e do de nós mesmos sermos, inacreditavelmente, e às vezes incredulamente, reais. É o fato fundamental de ser em oposição a não ser; é impensável, mas não podemos pensar sem ele, apesar de podermos, às vezes, não reconhecer o fato – e sem reconhecimento nos dois sentidos da palavra. Pois aquele que compreende essa realidade sabe que ela é muito mais importante, infinitamente mais importante, que todos os lamentos e argumentos menores a favor da negação, e que por trás de todos os nossos resmungos existe um substrato inconsciente de gratidão (PAINE, 2008, p. 103).

Lendo a obra de Chesterton como um todo, nota-se que a defesa epistemológica dos primeiros princípios não é para ele mera teoria, à parte de outras ideias suas em outros âmbitos filosóficos, como a ética. A existência da realidade é pressuposto para uma posição diante da vida e diante do mundo através da qual – e somente assim – se possa viver virtudes como a alegria, a humildade, a leveza, a lucidez, a gratidão; enfim, para que se possa viver bem.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica**. Porto Alegre; Porto Alegre; Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Livraria Sulina Editora; Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- BOEHNER, Philoteus; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CHESTERTON, Gilbert Keith. **Ortodoxia**. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.
- CHESTERTON, Gilbert Keith. **Hereges**. Campinas: Ecclesiae, 2011.
- CHESTERTON, Gilbert Keith. **São Francisco de Assis e São Tomás de Aquino**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- DE LIBERA, Alain. **A filosofia medieval**. São Paulo: Loyola, 1998.
- DESCARTES, René. **Meditações**. *In: Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- FRANCA, Leonel. **Noções de história da filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARIÁS, Julián. **História da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PAINÉ, Scott Randall. **Chesterton e o Universo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- SCHÖPKE, Regina. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.